

## Do Riboque e outros luchans: narrativas de São Tomé<sup>1</sup>

Rita Chaves<sup>i</sup>

Publicado, inicialmente, em 1985, pela editora santomense Gravana Nova, *Rosa do Riboque e outros contos* conheceria uma segunda edição 12 anos depois. E essa republicação um tanto tardia só veio confirmar a legitimidade de tais narrativas na trajetória literária do Arquipélago, trajetória essa de que ainda pouco se tem falado. Certamente a ainda pequena produção e a dificuldade de acesso ao que lá tem sido feito podem explicar o silêncio dos estudiosos e críticos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa acerca desse repertório, a despeito, vale sempre lembrar, da importância historicamente demarcada de nomes como os de Francisco José Tenreiro e D. Alda do Espírito Santo. Entre os poucos estudiosos que dedicaram um pouco de atenção à escrita santomense assinalam-se os nomes de Alfredo Margarido, Helena Riáusova, Manuel Ferreira, Maria Manuela Margarido e, principalmente, Inocência Mata, autora de *Emergência e existência de uma literatura - o caso santomense e Diálogo com as ilhas*.

Num ambiente literário marcado pelo poema, não pode deixar de chamar a atenção do leitor e do pesquisador uma coletânea de narrativas. E essa talvez seja a primeira nota de surpresa com que somos brindados pela *Rosa do Riboque e outros contos*, de Albertino Bragança. É, com certeza, a primeira, mas não a única. A leitura das quatro narrativas que compõem a obra há de confirmar outros sinais benvindos à literatura da República de São Tomé e Príncipe. Pode-se dizer mesmo que, pela força de sua natureza e pela energia e história, essas duas belíssimas ilhas mergulhadas no Atlântico são uma fonte de impactos para os que dela se aproximam concretamente, ou pela via do imaginário de que a literatura e caminho privilegiado.

No corpo da obra, nossa atenção é logo despertada para uma evidente disparidade entre as narrativas no que diz respeito a sua dimensão. São apenas quatro: "*Rosa do Riboque*", "*Reencontro*", "*Solidariedade*" e "*Solidão*". Se a terceira tem 6 páginas, aquela que empresta o nome à coletânea desenvolve-se ao longo de 35 páginas que se dividem em 7 partes, numa composição estrutural que a aproxima de uma novela. Mas, se se pode registrar essa falta de equilíbrio na dimensão das histórias, há aspectos que as ligam e que estão na base da importância do volume no itinerário da literatura do país. Para Amadeu da Graça do Espírito Santo, prefaciador da primeira edição, é preciso assinalar a relevância do gênero a que se dedica Albertino Bragança.

Este conjunto de contos traduz, sem dúvida, um esforço decidido, representa mais uma contribuição no sentido de tomar seguros os passos que recentemente começou a ensaiar a nossa prosa, que se vinha convertendo em parente débil e pobre da nossa literatura, fazendo uma comparação grosso modo com o grande número de poetas e poesias surgidos nos últimos tempos (p. 15).

As palavras destacadas do entusiasmado prefácio nos revelam que o que é absolutamente normal em sistemas literários consolidados, isto é, a opção por uma ou outra modalidade artística, pode constituir motivo de saudação naqueles que

---

constroem os primeiros passos, e assim o fazem já na segunda metade do século XX. Inserido, pois, na história de seu país, o conjunto das narrativas de certo modo investe-se de um papel que é comum à prática literária em contextos em que tudo parece no começo. Considerando-se o quadro profunda ente mar a o pela experiência colonial (e vale recorda que a independência completava somente 10 anos quando o livro surge), trata-se da função de recompor o passado e alimentar o processo de apropriação de uma memória social que permaneceu alienada enquanto durou a dominação. Foi, inclusive, essa alienação a base sobre a qual se pôde manter a opressão praticada pelo colonialismo que marcou a história da África e dos africanos. Para isso, o uso da superioridade bélica foi combinado à tentativa de destruição dos sistemas de referências do colonizado, que tem sua coroação máxima na elaboração de um discurso racista de onde se desdobram as justificativas para todos os atos que condicionam o jogo colonial. Sempre bem lembrada, a radical lucidez de Fanon ajuda-nos a compreender a situação:

Não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afectiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização (p. 44).

Parte importante do sistema colonial português, o arquipélago e seus habitantes não ficariam alheios a esse destino. Não obstante os seus limites geográficos, São Tomé esteve entre os principais produtores de cacau do mundo, marco que no quadro periférico significa uma acentuadíssima concentração de renda numa equação que não pode deixar de ter como variável excepcionais índices de exploração do trabalhador. Um quadro econômico montado em cima de grandes propriedades e da dominância da atividade agrícola selava a desigualdade essencial do colonialismo como sistema. É também de tal contradição socioeconômica que o narrador desses contos nos fala. É da injustiça social, das dificuldades de um cotidiano caracterizado pela miséria, dos sustos e mazelas que povoam a vida dos despossuídos. É de tudo isso, mas não só, pois a condução do fio narrativo é orientada principalmente pelo sentido da resistência guardado nas vidas dos personagens que circulam pelos lúchans - espaço das comunidades localizadas no interior da ilha. Já no fechamento da primeira parte do conto "Rosa do Riboque", o narrador, que não esconde sua comoção diante do funeral de Rosa Adriana, anuncia seu propósito:

Pensei muito nisso, Rosa, e acho que vou mesmo contar a tua história, falar da tua vida nesse Riboque que foi nosso, mas muito mais teu do que meu. Não vou desvendar teus segredos, pôr na tua boca coisas que não disseste, contar mentiras só para tomar esta história mais bonita. Falarei de ti e de Mê Lêchi, de A área total do Arquipélago é de cerca 964 quilômetros quadrados. Chico Monteiro e do mulato Fancineiro. Irei roubar ao silêncio o anonimato das vossas vidas (BRAGANÇA, 1997, p. 26).

Nessa curta passagem, ficam evidenciados alguns pontos que definem a natureza e o projeto do conjunto de narrativas reunidas no volume. Antes de mais nada, move o narrador o desejo de "roubar ao silêncio o anonimato" de algumas vidas, ato que será mediado pela cumplicidade estabelecida com aqueles que viveram as aventuras e desventuras ou precisam ser contadas. No centro de tudo registra-se a convicção de que é preciso manter a fidelidade, à verdade, evitar as mentiras que certamente deixariam a história mais bonita. Dessa proposta de adesão ao real deve resultar uma estória capaz de recuperar a memória de uma comunidade formada por aqueles que eram invisíveis ao código colonial. Se recordar se tal visibilidade era o

eixo do ponto de vista que presidia a produção identificada sob o rótulo de literatura colonial, já podemos antever a importância da encenação de tais vidas no plano literário. Trata-se de descobrir homens onde outros narradores só viam paisagem, isto é, interessa agora de apontar a sua humanidade e de lhes reconhecer um papel que será fundamental na transformação dos tempos.

Os contos, já o dissemos, são quatro e apresentam certa disparidade no que diz respeito a sua extensão. Aproxima-os, entretanto, a prevalência das personagens no terreno dos elementos estruturais. Todos falam de pessoas, de gente sofrida, condenada ao sofrimento e à luta por uma nesga de esperança. Mas a diversidade do enfoque assegura uma galeria de tipos diversos cada um exercitando a sua humanidade. Se em "Rosa do Riboque" o discurso é tonificado pela resistência explícita a uma situação extrema de opressão, em "Reencontro" e em "Sohd" são as notas da vida comum, balizada por sentimentos também comuns, a darem o tom aos enredos que não falam de heroicos gestos mas dos pequenos e/ou grandes sofrimentos que estão no cotidiano de cada um.

Se do ponto de vista estrutural, a personagem é elemento que se destaca, na organização dos contos, na construção dos enredos chama a atenção as referências a morte como um dado de força em cada um deles, como realização ou como ameaça, mas um sinal efetivo de que a dor está sempre à porta. Em "Rosa do Riboque" e "Solidão", ela se concretiza e é o fato que deflagra o fio narrativo. Rosa e Menta Muala são figuras recordadas a partir de um enquadramento que procura dar uma visão totalizante de cada um. Em "Reencontro" e "Solidariedade" o que temos é a perspectiva da morte em situações que acabam por resultar em momentos de revelação de sentimentos positivos que se manifestam no apoio solidário, na superação de mágoas. As dobras da generosidade se reafirmam como determinante nos instantes extremados na vida dessas comunidades às quais a História parecia ter roubado a possibilidade de manter a sua humanidade.

O primeiro conto inicia-se com um cortejo fúnebre e a presença da morte aqui é indício do roteiro de dramas que compõe as vidas das personagens de que se vai falar. Em torno de Rosa Adriana, figura central da estória, reúne-se um conjunto de pessoas identificadas pelo lugar que ocupam na sociedade colonial: são todas passageiras da exclusão. Joaquina "Boca Tunhá", Betina "Flóli Canido", Bino "Opé Cabla" são alguns desses companheiros de destino, a que se associa Beto Vicente, que, só mais tarde saberemos, é o dono da voz que nos conduz àquele universo que, postado perto do mar, não parece vulnerável aos convites que costumam seduzir os ilhéus.

Poderíamos mesmo dizer que em "Rosa do Riboque", como nos outros contos, o mar é espaço secundário. Não há sinais de qualquer tendência evasivista. O oceano, como a terra, é espaço de trabalho, sendo este o aspecto que conta. O que interessa não é a mancha de água povoada de mistérios, mas o cais, onde os homens atuam como estivadores. Um paralelo com a literatura de Cabo Verde, marcada pela expressão do dilema entre ficar e partir - de que o mar é imagem poderosa -, permite-nos apreender alguns contornos da questão da insularidade que não deixa de estar presente na trajetória da literatura desses dois países e nos conduz ao levantamento de aspectos instigantes no volume de contos de Albertino Bragança.

Qualquer contato, breve que seja, com o sistema literário cabo-verdiano leva o leitor à dimensão determinante que o mar assume em sua formação. A consciência do

ilhéu irrompe de variados modos, desdobrando-se em duas tendências que se converteram em dominantes no universo cultural e foram tematizadas tanto na prosa quanto na poesia. O par dilemático evasionismo/ anti-evasionismo inscreve-se como essencial na produção que vai dos anos 40 aos 60, assomando de maneira inequívoca, por exemplo, na poesia de Osvaldo Alcântar e de Ovídio Martins, bem como na narrativa de Manuel Ferreira, para citarmos apenas três expoentes dessa literatura. Entre a tentação da partida e a vontade de não precisar sair, se equilibra o processo de formação identitária de um povo habituado a conviver com muitas divisões. O mar é, pois, mancha que isola e caminho que pode levar a outras terras, outros destinos. E como presença constante, ele remarca o problema da insularidade que é vivido de maneira extremada, delineando as franjas de uma identidade pautada também pelo espaço geográfico que abriga a vida das pessoas e participa do desenho dos passos que a História imprime. O mar é cenário, mas é também um motivo a percorrer os modos de estar no mundo. Sem dúvida, insularidade e cabo-verdianidade se aproximam, apresentando-se como faces de uma mesma moeda, como traços comuns de uma identidade que se projeta na escrita.

O quadro que vamos encontrar nesse celebrado volume de contos do outro arquipélago é bastante diverso, pois temos um olhar que, querendo apanhar as gentes da ilha, para recuperá-las do anonimato a que foram fadadas pelo projeto colonial, volta-se para o interior do território, como se reconhecesse que é ali que se instauram os problemas que merecem registro. Se no primeiro conto é o Riboque o espaço principal da trama, em "Reencontro", temos Oca Longo e sua paisagem de roça.

Nos outros dois contos, embora não haja referência explícita ao local onde se passam as ações, algumas indicações conduzem-nos à natureza do lugar. O conto "Solidariedade", por exemplo, inicia-se assim:

No mato escuro ecoaram gritos aflitivos. Vozes de mulher furavam o negrume da noite, apenas entrecortado aqui e ali pelas luzes vacilantes dos candeeiros a petróleo, que mais se assemelhavam a pirilampos (p. 85).

E em "Solidão", as referências ao espaço remetem sempre ao interior, ao mato mais explicitamente. São as árvores, inclusive, que ajudam a encenar a atmosfera que define o protagonista Mento Muala:

Vinha do mato, machim afiado, as calças enfiadas nas botas altas reviradas pelo cano, deixando a nu o teor branco do forro (p. 91).

Nessas horas, sentado diante da porta da pequena casa de madeira e pavo, o roçar do vento nas folhas da anoneira e os gemidos pesarosos dos munquéns levaram-no a reflectir sobre a sua vida, sobre essa sufocante solidão que não conseguia vencer (p. 95).

Essa opção pela terra não seria, em princípio, uma novidade na literatura produzida em São Tomé e Príncipe ou sobre São Tomé e Príncipe. Muitos autores da chamada literatura colonial exprimiam a forte sedução de uma natureza absolutamente exuberante. Tal como ocorreu em textos focalizados em Angola e Moçambique, vamos encontrar páginas e páginas a expressar o fascínio da terra e sua extraordinária vegetação sobre o olhar europeu formado em outras paisagens. A diferença dos contos de Albertino, entretanto, ampara-se na adoção de um ponto de

vista que não se coaduna com as tintas do exotismo que se materializa na narrativa de Luís Cajão ou de Fernando Reis, dois autores identificados com o projeto imperial. Tal como na maior parte da literatura colonial referente a outros territórios África nos ocupados por Portugal, de que os textos de Rodrigues Júnior e Eduardo Correia de Matos constituem exemplos preciosos, os textos ambientados no arquipélago não disfarçam a sacração da natureza e a reificação dos homens locais, quando eles participam de algum modo do enredo. Em se tratando da literatura assinada por portugueses, não se pode sequer falar naquele tipo de exotismo que Bernard Mouralis considera na produção gerada pelo império francês:

É, com efeito, por intermédio do exotismo que uma cultura começa a tomar consciência de que nem só ela existe no mundo e que pode mesmo sentir satisfação e tirar proveito ao contemplar horizontes diferentes dos que, até então, tinham sido os seus e ao prestar atenção a outras vozes que não a sua, mesmo que estas sejam em parte o fruto da sua imaginação (1982, p. 74).

No caso do império lusitano, a despeito da heterogeneidade da produção identificada como literatura colonial, fica difícil reconhecer qualquer esforço de aproximação com esse outro mundo. Agarrado a seu próprio sistema de referências, os autores tinham enorme dificuldade em enxergar o universo que seu olhar poderia apreender. O resultado, quase sempre, demonstra o que Francisco Noa chama miopia e se materializa numa escrita que desconhece nuances, que vê o espaço e os seus habitantes como formas plasmadas, incapazes de apresentar as singularidades que estão na base da humanidade dos seres. Em seu Literatura colonial - império, mito e miopia, Noa observa:

O interior aparece-nos representado, muitas vezes, como um espaço monocultural, onde os negros nos aparecem nivelados segundo padrões comportamentais tipificados, tal como nos revelam os exemplos que, de seguida, apresentamos e que dão corpo às estratégias do romance colonial no sentido de explorar uma certa cor local (2002, p. 172).

É na direção contrária ao sentido da cor local que o narrador de Rosa do Riboque e outros contos orienta o seu ponto de vista. A escrita empreende ali outras estratégias, delineando tentativas de resgate de uma memória ancorada na experiência de quem vive por dentro, mesmo se ficionalmente aquela realidade que está em foco. As práticas culturais focalizadas saem do quadro do folclórico e convertem-se em dados da existência de homens e mulheres que integram uma ordem que se legitima na contraposição do código colonial. São seres comuns, mergulhados em seu contexto cultural, nele exercitando suas grandezas e fracassos, integrados numa dinâmica que rejeita a horizontalização de seu mundo, o esbatimento de sua diversidade. Isso explica a vivacidade do texto quando flagra momentos em que as personagens, vivenciando o seu cotidiano, trazem à luz marcas de um universo cultural vivo, que se renova sem renunciar à tradição. Focalizada dessa maneira, a cultura do colonizado escapa à condição de meros "usos e costumes" abordados quase sempre de forma estereotipada pelo discurso colonial. O procedimento que predomina na escrita de Albertino Bragança alcança outros resultados na medida em que confere outro estatuto àquilo que é normalmente visto como coisa menor, como bem sintetiza Inocência Mata:

São registros de formas fragmentárias da expressão popular a vários níveis do código social e moral e do repósito folclórico e legendário: o fundão, o danço-congo, a tchilóli, a puíta, as canções, os provérbios e as sóias. Um aspecto interessante dessa fragmentária expressão popular é a disseminação de fórmulas do código gnómico que contém a filosofia e a sabedoria populares: Albertino Bragança, conhecedor desse corpus da oratura são-tomense, usa-o amiúde, pulverizando o texto de fragmentos de provérbios e máximas para caracterizar personagens e situações [...] (1998, p. 177).

A incorporação de um saber acumulado que se articula diretamente com as matrizes da tradição oral - marca essencial no patrimônio cultural das sociedades africanas - pode ser vista como uma estratégia bastante produtiva para assegurar à escrita de Albertino Bragança a sua distinção em relação ao exercício da prosa literária, ou pretensamente literária, que predominou em São Tomé no período colonial. Importa, todavia, observar que em seus contos, tal incorporação não se confunde com a nostalgia de um gesto empenhado em bloquear o presente ou negar o novo. Os quadros que os contos nos trazem, ao contrário, apontam para a noção de resistência que informa boa parte das literaturas africanas de língua portuguesa. Uma noção de resistência que se ancora no apego à terra mas que faz da força telúrica a que recorre um eixo para dinamizar a História dos homens da terra que, com a energia da memória, podem refazer seus ciclos. Ao fim da leitura de cada narrativa, podemos confirmar que o autor soube alcançar aquela finalidade anunciada lá no primeiro conto: "roubar ao silêncio o anonimato das (vossas) vidas". A capacidade inventiva da literatura oferece-se como instrumento que ele apanha para nos revelar muito mais.

#### NOTA

<sup>1</sup> CHAVES, R.. Do Riboque e outros luchans: narrativas de São Tomé. In: Jane Tutikian; Luís Antonio de Assis Brasil. (Org.). Mar Horizontes - literaturas insulares lusófonas. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, v. 1, p. 153-161.

#### Referências

BRAGANÇA, Albertino. Rosa do Riboque e outros contos. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1997.

MATA, Inocência. Diálogo com as ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe. Lisboa: Colibri, 1998.

MOURALIS, Bernard. As contra-literaturas. Coimbra: Almedina, 1982.

NOA, Francisco. Império, mito e miopia - Moçambique como invenção literária. Lisboa: Caminho, 2002.

---

<sup>i</sup> Doutora em Letras pela USP, é professora associada de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na mesma instituição. Foi professora visitante na Yale University, em 1996/1997, e na Universidade Eduardo Mondlane, entre 1998 e 2004. Tem dois estágios de pós-doutoramento na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Integra o conselho curatorial do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e o conselho editorial das revistas *Via Atlântica* e *Mulemba*. É autora de *A formação do romance angolano* e *Angola/Moçambique: experiência colonial e territórios literários*.